

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , 2020**(Do Sr. Deputado Leo de Brito)**

Solicito seja convocado o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni, a fim de prestar esclarecimentos sobre as ameaças feitas contra o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e ao servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que, ouvido o plenário, se digne adotar as providências necessárias à convocação do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni, a fim de prestar esclarecimentos sobre as ameaças feitas contra o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e ao servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo.

JUSTIFICAÇÃO

Em 24 de junho de 2021, o Correio Braziliense¹ noticiou que o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência Onyx Lorenzoni, fez uma série de ameaças ao deputado federal Luis Miranda (DEM-DF). O parlamentar e o irmão dele, Luis Ricardo Miranda, servidor do Ministério da Saúde, denunciaram suspeitas de corrupção na compra, pelo governo federal, da vacina indiana Covaxin. De acordo com Lorenzoni, o presidente Jair Bolsonaro determinou que a Polícia Federal investigue os dois.

¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4933375-governo-reage-com-ameacas-as-denuncias-de-deputado-e-irmao-sobre-covaxin.html>



Segundo o jornal² “o esquema de um orçamento secreto montado pelo presidente Jair Bolsonaro para garantir apoio no Congresso atropela a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e posições assumidas por ele na campanha e já no exercício do mandato. Na liberação sigilosa de R\$ 3 bilhões para serviços de obras e compras de tratores e máquinas agrícolas indicados por um grupo escolhido a dedo de deputados e senadores, no final ano passado, o governo atropelou ao menos três exigências da legislação.

De acordo com a notícia, Lorenzoni afirmou que vai pedir a abertura de um procedimento administrativo disciplinar junto à Controladoria-Geral da União (CGU) para apurar a conduta do servidor, que disse, em depoimento à Procuradoria da República do Distrito Federal, ter sofrido “pressões anormais” em relação à Covaxin por parte da alta cúpula da pasta. “O servidor será investigado por prevaricação”, enfatizou o ministro, em pronunciamento realizado para negar as acusações em relação à aquisição do imunizante.

Ao comentar e mostrar documentos da contratação, Lorenzoni levantou a possibilidade de falsificação de provas. “O senhor Luis Miranda diz que havia um contrato entre o governo brasileiro e a empresa A, Bharat Biotech, e que apareceu uma nota fiscal de uma compra por meio da Madison Biotech. A Madison nada mais é do que a subsidiária da Bharat Biotech, localizada em Cingapura, responsável por todos os contratos da Bharat Biotech no comércio internacional. Portanto, não existe uma terceira empresa”, frisou.

Lorenzoni afirmou que vai pedir a abertura de um procedimento administrativo disciplinar junto à Controladoria-Geral da União (CGU) para apurar a conduta do servidor, que disse, em depoimento à Procuradoria da República do Distrito Federal, ter sofrido “pressões anormais” em relação à Covaxin por parte da alta cúpula da pasta. “O servidor será investigado por prevaricação”, enfatizou o ministro, em pronunciamento realizado para negar as acusações em relação à aquisição do imunizante.

A mensagem do governo foi como uma tentativa de coerção. Segundo o vice-presidente da comissão, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) “enquanto o colegiado passou a investigar e a colher provas do “enorme esquema de

² <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-atropelou-leis-orcamentarias-e-veto-de-bolsonaro,70003709466>



corrupção”, o governo federal não apurou a denúncia. Por outro lado, “vem a público e faz clara ameaça aos denunciantes do esquema”. “Ato de covardes”, criticou.

Segundo fontes do Ministério Público Federal (MPF)³, Onyx Lorenzoni pode ter violado o artigo 27 da lei de abuso de autoridade, que prevê multa e detenção de seis meses a dois anos a quem “requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa”.

Assim esperamos ver o presente requerimento aprovado pelo plenário da comissão, para que sejam prestados os devidos esclarecimentos sobre as ameaças feitas contra o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e ao servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo. Dessa forma, faz-se necessário a busca de mais informações da Ministra-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República sobre a referida questão.

Plenário, 25 de junho de 2021.

Dep. Leo de Brito PT/AC

³ <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/membro-do-mpf-diz-que-onyx-infringiu-lei-de-abuso-de-autoridade/>

